

FÁBIO RODRIGUES GOMES

Juiz do Trabalho do TRT da 1ª Região. Mestrando em Direito Público na UERJ

Formou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense em 1998.

Foi aprovado em concurso público para o cargo de Procurador Federal, no ano de 1999, e para o de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no ano de 2000. Tendo optado pela magistratura trabalhista por vocação, encontra-se no exercício da atividade jurisdicional há mais de cinco anos.

Na área acadêmica, conquistou o primeiro lugar no concurso nacional de ensaios jurídicos, promovido pela Editora Rio no ano de 2003, com o trabalho intitulado "*A luta continua*", no qual tece comentários acerca do notável opúsculo redigido pelo jurista alemão Rudolf von Jhering, "*A luta pelo direito*". No mesmo ano, publicou na Revista do Tribunal Superior do Trabalho (vol. 69, jul./dez. 2003) o artigo "*Expurgos Inflacionários - LC nº 110/01- Indenização Compensatória de 40% - Uma análise racional à luz da Constituição*".

Atualmente, cursa a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, na área de concentração "Mestrado em Direito Público", uma das melhores e mais celebradas instituições de ensino jurídico do país.

Desde o primeiro semestre letivo do ano de 2005, atua como Professor da UERJ, ministrando a disciplina "Princípios Constitucionais" para os alunos da graduação.

A Relação de Trabalho na Constituição:

Fundamentos para uma interpretação razoável da nova competência da justiça do trabalho à luz da EC nº 45/04

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro 2006

331:34(81)
G633r



SUMÁRIO

Apresentação	xv
Prefácio	xix
Introdução	xxiii
Capítulo 1 Uma Breve Digressão em torno da Hermenêutica Jurídica	1
1.1. A moldura normativa e o dilema kelseano	1
1.2. A constitucionalização da hermenêutica jurídica e a nova compreensão normativa	5
1.3. Uma argumentação coerente para uma definição razoável: a reabilitação da racionalidade prática	10
Capítulo 2 Argumentando Rumo ao Consenso sobre a Relação de Trabalho	17
2.1. Esculpindo a noção de "trabalho"	18
2.1.1. O trabalho em sua dimensão axiológica	19
2.1.2. O trabalho na estrutura normativa da Constituição	25
2.1.3. O trabalho em sua dimensão substancial - teleológica e ontológica	27
2.2. Analisando mais de perto a "relação jurídica" de trabalho	32
2.2.1. Excursus explicativo sobre o sujeito passivo da relação de trabalho: o destinatário jurídico imediato e o destinatário final do trabalho humano	33
2.2.1.1. Semelhanças e dessemelhanças entre a relação de trabalho e a relação de consumo	39
2.2.2. De volta ao ponto central do nosso estudo	43
2.2.2.1. A relação jurídica de trabalho segundo a natureza do vínculo jurídico entre o trabalhador e o destinatário jurídico imediato do serviço prestado	43
2.2.2.1.1. A relação de trabalho e a autonomia da vontade	46
2.2.2.1.2. A Administração Pública como destinatária jurídica imediata do trabalho humano	89
2.2.2.1.2.1. Uma retrospectiva obrigatória: algumas considerações acerca do julgamento da ADI nº 492-1-DF e da liminar proferida na ADI na 3.395-6-DF	108
2.2.2.1.2.2. Mais uma vez de volta ao ponto central do nosso estudo	121
2.2.2.1.2.2.1. A inexistência de vício procedimental e a conseqüente higidez formal da Emenda Constitucional nº 45/04	122

331:34(81)
G633r



2.3. Relação de trabalho fática e relação jurídica decorrente: uma rápida abordagem	138
2.4. O acidente de trabalho como "fato histórico" e a "unidade de convicção": afinando os desacordos interpretativos	147
Conclusão	159
Bibliografia	165

331:34(81)
G633r

